

O PARADIGMA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO DA APRENDIZAGEM DO AUTISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Educação Especial Inclusiva

2016

Geiza Maria de Andrade Silva

Especialização em Educação Especial Inclusiva – Universidade Norte do Paraná (Brasil)

E-mail de contato:

geiza.andrade20@gmail.com

RESUMO

A criança inicia sua história ainda no ventre materno, a qual será enriquecida à medida que ela for crescendo e participando do mundo que a cerca. Caracterizado pela presença acentuada atípica na interação social e comunicação, o autismo também apresenta um repertório restrito de atividades e interesses. Há quem chame as três áreas afetadas de tríade autista – socialização, comunicação e comportamentos focalizados e repetitivos. Acredita-se que a inclusão escolar pode permitir à família e ao autista sair do isolamento social criando espaços de aprendizagem e de desenvolvimento da competência social. O presente trabalho tem por objetivo revisar a literatura a respeito do conceito de competência social e dos estudos existentes na atualidade na área do autismo e inclusão escolar. Foram identificados poucos estudos, apresentando os mesmos limitações metodológicas, o que aponta para a necessidade de investigações no sentido de ampliar possibilidades de inclusão no ensino comum desde a educação infantil, por ser, acredito, uma área nova nos espaços acadêmicos.

Palavras-chave: Autismo, inclusão, família, escola, aprendizagem.

Copyright © 2017.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 4.0.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



1. INTRODUÇÃO

O que caracteriza o ser humano é a dimensão de uma linguagem simbólica, feita de símbolos e não de signos, ele pode estabelecer coordenadas simbólicas que lhe permitem situar-se no mundo que atuam sob a forma de união entre as coisas, imagens e palavras.

É através de diversos elementos simbólicos ou das palavras que acedemos a ter um discurso próprio sobre todas as coisas, dessa forma construímos a realidade que, para o ser humano, nunca está dada de entrada, como o próprio autismo nos ensina.

O estudo das causas do autismo, durante muito tempo, foi campo de conflito entre organicistas e defensores de uma psicogênese como única causa. Atualmente, embora esse conflito permaneça muito forte, parece haver uma abertura para um diálogo entre as diversas abordagens

No momento atual, ninguém pode afirmar uma causa única para o autismo. Assim, pensamos que o autismo pode ser considerado como uma organização psicopatológica suscetível de se constituir como resposta a fatores iniciais muito diversos, tanto orgânicos como psíquicos (TORDJMAN, 2005).

Nessa postura, a investigação busca analisar a situação pedagógica de forma afetiva, construindo paradigmas conceituais e construtivos a aprendizagem do aluno, verificar a importância da aprendizagem, e o autismo, em função de sua multiplicidade e precocidade causal representa um desafio tanto do ponto de vista da pesquisa, medicina e da psiquiatria, fazendo a criança a ter prazer em aprender e construir seu próprio conhecimento.

Sabemos que os vínculos emocionais se estabelecem desde o nascimento e influenciam na formação da personalidade do autoconceito e na auto estima do sujeito, propiciando ferramentas necessárias à aquisição da aprendizagem e sua conservação.

Diante disso o objetivo desse trabalho visa discutir como o autismo acontece, como ele é tratado na escola e na família, como acontece essa inclusão e aprendizagem analisando se a

afetividade afeta a vida das pessoas portadoras de autismo.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Autismo: Concepções, Educação, Inclusão, Aprendizagem

2.1.1 Concepções

Segundo Fernandes(1965) “Autismo é o estado mental patológico, em que o indivíduo tende a encerrar-se em si mesmo alheando-se ao mundo exterior.

Deriva do grego autos: que significa em si mesmo. Usada pela primeira vez pelo Dr. Leo Kanner, psiquiatra infantil americano, em sua atuação profissional com um grupo de crianças, percebia que um grupo de crianças se destacava das demais por duas características básicas: incapacidade de se relacionar com pessoas e forte resistência a mudanças.

Associado ou não a causas orgânicas é reconhecível pelos sintomas que dificultam ou impedem o processo de entrada da linguagem. As estereotípias, auto agressividade, a ausência de linguagem, a insensibilidade à dor ou falta da sensação de perigo são alguns dos sintomas que mostram o isolamento em relação ao mundo que o rodeia.

O DSM IV (2002) define o transtorno autista como a presença de um desenvolvimento comprometido ou acentuadamente anormal da interação social e da comunicação e um repertório restrito de atividades. Podem variar muito as variações, dependendo da idade cronológica do indivíduo e do nível do desenvolvimento.

Devido à carência de qualificação profissional para atendimento e diagnóstico à criança autista, ao recepcionar esse aluno a escola padece.

"A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da Educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo de comprometimento. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área." (SANTOS, 2008, p. 9).

Para Santos(2008) a escola tem papel importante na investigação, pois é o primeiro lugar de interação social da criança separada de seus familiares, e onde a criança vai ter dificuldades em adaptar-se a regras sociais, para o autista o que é muito difícil.

Diante dos variados tipos de autismo e suas características de acordo com suas variedades o processo de aprendizagem há a necessidade de adequação do trabalho pedagógico.

3. RETRATOS DO AUTISMO

3.1.1 Educação, Inclusão, Aprendizagem

Quando se chega à escola, que é o primeiro lugar de interação social, depois da família, é onde a criança sentirá maiores dificuldades de se adaptar as regras sociais, o que é muito difícil para um autista e para a escola, visto que existe uma variedade de autismo e suas características e isso conseqüentemente irá interferir no seu processo de aprendizagem, pois esse é lento e gradativo.

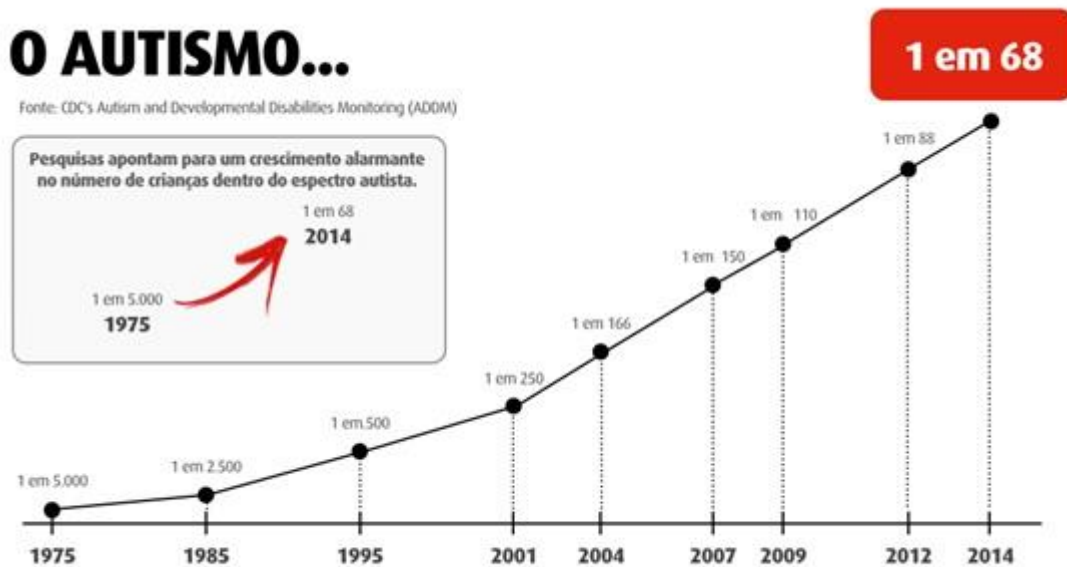
Nesse sentido cabe ao educador atenção especial e sensibilização para adaptar o alunos e prepará-los para a melhor inclusão do autista no contexto escolar.

"É de responsabilidade do professor a atenção especial e a sensibilização dos alunos e dos envolvidos para saberem quem são e como se comportam esses alunos autistas." (SANTOS, 2008, p.30).

Para Santos(2008), ele ainda alerta que o autista se submetido ao excesso de pressão, pode apresentar uma reação violenta, então se a aprendizagem estiver ocorrendo de forma positiva, não há necessidade de mudanças.

Faz necessário que o educador tenha demasiada compreensão par com o aluno autista, para que ele consiga aprender, pois ele pode apresentar um olhar distante e demorar para aprender determinada lição, porém isso não acontece porque é desinteressada, mas sim porque o autismo retarda e compromete o processo de aprendizagem. Ela precisa de muita motivação, elogio e carinho para desenvolver sua inteligência.

Na atualidade, não há dados estatísticos, estima-se que haja no Brasil 500 mil pessoas com autismo, a maioria do sexo masculino.



As pesquisas apontam para um crescimento alarmante de crianças com espectro autista.

3.2. Integração Ou Inclusão

Quanto a inclusão, ela perpassa pelo respeito à diversidade e pela condição do sujeito de direitos, nos quais o olhar sobre a normalidade deve ser redimensionado, na medida que se busca compreender o sentido das expressões e das características de cada um.

Muito se tem falado em inclusão, e, para de fato ocorrer a inclusão a escola precisa mudar como um todo para atender todas as necessidades e se adequar para receber todos os alunos, com ou sem deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDBEN) – a Lei nº 9.394/96 em vigência dedica o Capítulo V à Educação Especial. Em seu artigo 59, preconiza que os estabelecimentos de ensino devem garantir aos alunos da educação especial, procedimentos, currículos, programas, recursos, métodos, estratégias, ou seja, toda uma organização específica para atender suas necessidades.

Pelo fato de ter os mesmos direitos que outras pessoas, há outros documentos legais que garantem a qualquer pessoa o acesso à escola, entre elas a Constituição brasileira de 1988 e a Lei nº 8.069, de 1990 que é o Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA).

A Lei 12.764/12, Lei Berenice Piana representa um avanço significativo, aprovada no Congresso Nacional, sancionada pela Presidente Dilma, significa um compromisso no País na

execução de um conjunto de ações necessária integralidade da atenção das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista. A lei elimina toda e qualquer forma de discriminação e reafirma todos os direitos de cidadania e viabilizar direitos a um diagnóstico precoce, terapias, medicamentos e tratamentos; acesso a educação, proteção social.

O conhecimento sobre o transtorno autista ainda carece de avanços e pesquisas sobre a origem, prognóstico e desenvolvimento das pessoas afetadas. Nesse contexto a Lei 12.764/12 visa atender principais reivindicações das famílias como acesso as informações de qualidade, apoio aos cuidadores familiares, serviços especializados e garantia de direitos de cidadania.

O Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde produziu um documento técnico “Diretrizes de Atenção a Habilitação/Reabilitação das Pessoas com Transtorno de Espectro Autista no SUS” que traz importante avanço e reafirma o direito universal de acesso à saúde e indica a importância de ações intersetoriais, articuladas com a Assistência Social e Educação.

O MEC na mesma direção, destaca o direito à educação inclusiva e ao Atendimento Educacional especializado (AEE), reafirmando todos os direitos à educação em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Conclui-se que o Brasil, ao ter criado a Lei 12.764/12 tornando legítimas suas demandas, na perspectiva de igualdade de oportunidades.

4. CONCLUSÃO

Através da pesquisa bibliográfica e do estudo desenvolvido neste trabalho, que apesar do autismo apresentar um empecilho para o relacionamento social e processo de aprendizagem é possível que o autista se torne uma pessoa que sabe conviver perfeitamente em sociedade e evoluir como qualquer outro dito “normal” ou muito mais quando se descobre sua potencialidade.

Para que seja possível tal evolução sua “anormalidade” precisa ser identificada e diagnosticada o quanto antes para que possibilite que este seja acolhido, compreendido e aceito por todos os grupos sociais, bem como o processo de inclusão é possível partindo de pressupostos que garantam ao aluno sua inclusão e ao professor formações específicas que o auxiliem nesse processo.

Vale ressaltar que é de suma importância a divulgação de trabalhos que abordem conceitos e características do autismo, uma vez que é indispensável que não apenas o educador, e sim toda sociedade tenha conhecimento sobre esta anomalia, possibilitando um melhor acolhimento e compreensão para com o autista.

Os especialistas mesmo com alguns estudos e pesquisas realizadas, ainda não conseguem afirmar com clareza quais as causas do autismo, uma condição que não é detectada através de

exames no pré-natal e, na maioria das vezes, só se manifesta a partir dos dois anos de idade, mas estudiosos sabem que os principais sintomas do espectro autista tais como dificuldade na fala, na comunicação e dificuldade no contato visual e estabelecer relação com o entorno, contribuíram para disseminar duas informações equivocadas e perigosas sobre eles.

Na atualidade, mais do que antes, há recursos para tornar as crianças autistas o mais independente possível, e, com relação ao afeto, mesmo que os pais de uma criança autista tenham dificuldade em reconhecer o carinho dos filhos, eles não devem desistir em demonstrar o amor que sentem pela criança, essa construção não deve ser abandonada nunca.

A intervenção precoce, a Educação Especial, a Inclusão e o suporte familiar e em alguns casos as medicações ajudam cada vez mais no aprimoramento da educação de crianças autistas. A Educação Especial com as mudanças e decretos que acobertam pode expandir suas capacidades de aprendizado, comunicação e relacionamento com os outros diminuindo a frequência das crises de agitação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Rita Silva. **O que é Afetividade? Reflexões para um conceito.** Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/o_que_e_afetividade.asp. 1999

BORALLI, Eliana Rodrigues. **Autismo: trabalhando com a criança e com a família.** São Paulo: EDICON, 2007.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8069, de julho de 1990.

_____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Educação especial: Tendências atuais.** Brasília: MEC/SED, 1999a.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações curriculares.** Brasília: MEC/SEF, 1999c.

_____. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.

DSM- IV: **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais,** Editora Artes Médicas, Porto Alegre, 2002.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário Brasileiro Contemporâneo.** Edições Melhoramentos. São Paulo, 1965.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1997

FREUD, Sigmund. Cinco lições de psicanálise. In: Cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos (1910[1909]) Obras completas de Sigmund Freud (23 v.), V.XI. RJ, Imago, 1996

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas: a teoria na prática** 1. ed. Porto Alegre Artes Médicas, 2009

KALOUSTIAN, S.M. **Família Brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1988

KANNER L. **Early infantile autism**.1943-1955. J Orthopsychiat 1956;26:55-65

LABOYER, Marion. **Autismo Infantil**. 2.ed. [s.l.]: Papirus, 1995.

LACAN, Jacques. **O estádio do espelho** (1936). In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge ZaharEditor, 1998.

MARTINS, Vicente. **O que diz a LDB sobre Rendimento Escolar**. 2008

PIAGET, J. **Desenvolvimento e aprendizagem**. In: Studying teaching. Prentice: Hall, 1980

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar**. São Paulo: CRDA, 2008.

SCHOPLER, Eric. **Treinamento de Profissionais e Pais para a Educação de Crianças Autistas – Método TEACCH**. In: GAUDERER, C. (Org.). **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento: guia prático para pais e profissionais**. Rio de Janeiro: Revinter, p. 229-235, 1993.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola.** 7. ed. São Paulo: Libertad, 2001

VYGOTSKY, L. S. (1993) **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes

WALLON, H. **As origens do pensamento na criança.** São Paulo: Manole, 1979

ZIMMERMANN, V. B. **Adolescentes- Estados-limite: a instituição como aprendiz do historiador.** São Paulo: Escuta, 200